

RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.018 - RS (2019/0117741-3)

RECORRENTE : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
RECORRIDO : JOSELITO PEREIRA DOS REIS
ADVOGADOS : HALLEY LINO DE SOUZA E OUTRO(S) - RS054730
MARIANA LANNES LINDENMEYER - RS102723

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE com fundamento no art. 105, III, *a, c*, da Constituição Federal.

Na origem, JOSELITO PEREIRA DOS REIS ajuizou ação ordinária em face da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, com valor da causa atribuído em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com o objetivo de ser indenizado pelo excesso de horas-extras a que esteve submetido no desempenho de suas funções.

Após sentença que julgou improcedente a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento concedido, pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, ficando consignado que o servidor possui mais de 7.000 horas extras, fazendo jus à reparação por dano existencial.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis* (fls. 491-492):

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. MARÍTIMO. EXCESSO HABITUAL DE HORAS-EXTRAS. DANO EXISTENCIAL. PREJUÍZO À VIDA DE RELAÇÃO. INDENIZAÇÃO. ARTIGO 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. Dano existencial é a lesão que compromete a liberdade de escolha e frustra o projeto de vida que a pessoa elaborou para sua realização como ser humano. No campo das relações trabalhistas, admite-se que jornadas laborais excessivas, que impossibilitem o trabalhador de estabelecer a prática de um conjunto de atividades culturais, sociais, recreativas, esportivas, afetivas, familiares etc., ou de desenvolver seus projetos de vida nos âmbitos profissional, social e pessoal, podem causar danos existenciais.

2. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho - que aos poucos vem delineando os contornos do dano existencial -, entende que "A sobrejornada habitual e excessiva, exigida pelo empregador, em tese, tipifica dano existencial, desde que em situações extremas em que haja demonstração inequívoca do comprometimento da vida de relação" (RR 154-80.2013.5.04.0016, 4ª Turma, Rei. Ministro João Oreste Dalazen, DJU 31/03/2015).

3. Servidor marítimo que acumula mais de 7000 horas-extras e que comprova ter trabalhado a maior parte de sua carreira afastado da família, não somente quando o navio estava em alto-mar como também quando atracado, faz jus à reparação por dano existencial. Nesse caso não se trata de conduta isolada e de curta duração por parte da empregadora, e sim de conduta

Superior Tribunal de Justiça

que perdura no tempo, capaz de alterar o objetivo de vida do servidor no que diz respeito às suas relações familiares e sociais.

4. Em casos semelhantes envolvendo marítimos tripulantes do navio Oceanário Atlântico Sul vinculados à Fundação Universidade Federal do Rio Grande, este Tribunal Regional Federal reconheceu que a adoção de jornada de trabalho excessiva imposta pela instituição de ensino superior causou prejuízo ao pleno exercício das garantias fundamentais de descanso, lazer e convivência familiar, a ensejar o dever de indenizar.

5. O Estado deve responder pelo dano existencial causado a seu servidor na forma do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal.

Os embargos de declaração opostos não foram acolhidos (fls. 530-534).

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE interpôs o presente recurso especial, apontando violação dos arts. 485, V, art. 508, art. 1022, do CPC, art. 186, do CC, bem como dissídio jurisprudencial.

Inicialmente, destaca que o Tribunal *a quo* deixou de se manifestar a respeito de questões essenciais ao deslinde da controvérsia, quais sejam: ausência de responsabilidade civil da recorrente, inexistência de dano moral indenizável, excessivo valor da indenização e ofensa à garantia da coisa julgada.

Ademais, *constata-se que há decisão definitiva considerando legal o sistema de compensação, tendo sido afastado expressamente o pedido de pagamento das horas extras. Assim, se as partes já deduziram este pedido em juízo e já houve ampla dilação probatória, com decisão de mérito declarando a legalidade do sistema de compensação e que os autores não fazer jus à indenização por horas extra, não há como se voltar a discutir, novamente, tudo aquilo que já foi analisado e decidido naquelas ações judiciais* (fl. 575). Concluiu, estabelecendo que *na hipótese de se analisar novamente a questão, estar-se-ia abrindo a possibilidade de revisão de decisão judicial, com trânsito em julgado, e que não comporta mais ação rescisória* (fl. 576), a teor do que estabelece o art. 508 do CPC.

Assim, considera que a questão principal discutida nos autos já foi definitivamente julgada, o que leva a extinção do feito, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, V, do CPC.

Por fim, considera que o acórdão recorrido, ao condenar o recorrente ao pagamento de valores a título de dano moral, violou o disposto no art. 186 do CC, na medida em que a entidade pública, ao adotar o sistema de compensação de horas extras, atuou no exercício regular de um direito, não

praticando ato ilícito.

Alega, conjuntamente, que houve um excesso no valor estabelecido para os danos morais, sendo este, fixado de maneira excessiva, ferindo o princípio da razoabilidade, com fulcro no art. 994, do CC.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 595-605).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso especial, nos termos do parecer de fls. 638-641.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Quanto à questão em discussão, o Tribunal *a quo* proferiu o seguinte entendimento (fls. 477-492):

(...)

"No caso concreto, já se disse que o apelante acumulou 7589 horas extraordinárias em um período de 20 anos. Embora seja inerente à atividade de marítimo o cumprimento de horas-extras, o número é expressivo e indicativo de que, senão privado, o recorrente foi ao menos afetado em sua vida de relação. Seu depoimento pessoal (evento 135, VÍDEO 1) é bastante revelador e dá o tom do que representou para a sua vida de relação estar à disposição da empregadora por tanto tempo além do habitual.

(...)

Tal como ocorre com as indenizações por danos morais, sobre as quais a lei não fixou parâmetros, com a indenização por dano existencial este juízo tem por bem adotar postura semelhante no sentido de observar, além do critério genérico da extensão do dano (artigo 944 do Código Civil), os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a fim de evitar o deferimento de indenizações desmedidas à ofensa e ao dano a ser reparado.

Não se perde de vista que nos precedentes acima citados marítimos em situação semelhante e que haviam prestado horas-extras em quantidades parecidas receberam o valor de R\$ 65.000,00 a título indenizatório. No entanto, no presente caso a parte recorrente atribuiu à causa a importância de R\$ 50.000,00 (evento 15, PET1), devendo a indenização nortear-se por esse parâmetro, posto que representa o conteúdo econômico da demanda. Esse montante afigura-se adequado para recompor o dano existencial sofrido pelo ofendido, cumpre a função compensatória sem resultar em enriquecimento indevido e visa inibir novas ocorrências semelhantes de parte da apelada, em atenção não só ao caráter punitivo como também ao caráter pedagógico da

Superior Tribunal de Justiça

indenização ". (fls. 486/489 do e-STJ)

"Como se observa, trata-se de ação cujo objeto não se confunde com a causa de pedir do presente processo, de maneira que não se cogita de coisa julgada. Não por menos o acórdão consignou que o dano existencial é de ordem extrapatrimonial e subsiste mesmo que as horas suplementares tenham sido devidamente quitadas pelo empregador ". (fls. 533/534 do e-STJ)

Na hipótese dos autos verifica-se a inexistência da mácula apontada, tendo em vista que da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado não se cogita da ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou mesmo erro material, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pelo recorrente e devidamente afastado pelo julgador.

Nesse panorama, a oposição de embargos de declaração com fundamento na omissão acima, demonstra, tão somente, o objetivo de rediscutir a matéria sob a ótica do recorrente, sem que tal desiderato objetive o suprimento de quaisquer das baldas descritas no dispositivo legal mencionado, mas sim, unicamente, a renovação da análise da controvérsia.

No mesmo diapasão, destacam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA RECURSAL ELEITA. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ÓBICES DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há violação do art. 535, inc. II, do CPC/1973 quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes.

2. O Superior Tribunal de Justiça não tem a missão constitucional de interpretar dispositivos da Lei Maior, cabendo tal dever ao Supremo Tribunal Federal.

3. A ausência de impugnação de fundamento autônomo apto, por si só, para manter o acórdão recorrido, atrai o disposto na Súmula n. 283/STF.

4. A simples alegação de violação genérica de preceitos infraconstitucionais, desprovida de fundamentação que demonstre de que maneira eles foram violados pelo Tribunal de origem, não é suficiente para fundar recurso especial, atraindo a incidência da Súmula n. 284/STF.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 960.685/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 19/12/2016)

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. REQUISITOS PARA RECONHECER A OMISSÃO. QUESTÃO NÃO RELEVANTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 485, V, DO CPC/73. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. ARTIGO NÃO INDICADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA Nº 284/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Para configurar omissão, é necessária a presença cumulativa dos seguintes requisitos: a) o Tribunal de origem não tenha se pronunciado sobre o tema; b) tenham sido opostos embargos de declaração; c) tenha sido a questão levantada nas razões ou contrarrazões do agravo de instrumento ou da apelação; e d) seja relevante para o deslinde da controvérsia.

2. Ausente relevância, à luz do caso concreto, da matéria tida por não apreciada, afasta-se a alegada omissão.

3. A suposta violação ao art. 485, V, do CPC/73, por violação a literal dispositivo de lei, exige seja declinado no recurso especial especificamente qual o artigo de lei que supostamente daria azo à rescisória, sob pena de deficiência na fundamentação, a ensejar a incidência da Súmula nº 284/STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1498690/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 20/03/2017)

No mesmo sentido, é o entendimento do *Parquet* federal, *in verbis* (fls. 638-641):

(...)

6. No tocante à alegação de violação ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil, afigura-se improcedente a alegação de negativa de prestação jurisdicional, uma vez que o acórdão recorrido decidiu fundamentadamente a causa, enfrentando os temas relativos à responsabilidade civil, dano moral, proporcionalidade do valor da indenização e ausência de ofensa à coisa julgada, conforme se verifica dos seguintes trechos:

(...)

Além disso, a questão controvertida foi decidida sob fundamento de cunho constitucional, transbordando os lindes específicos de cabimento do recurso especial.

Com efeito, concluindo-se que o acórdão recorrido, ao dispor sobre a matéria, cingiu-se à interpretação de regramentos e princípios constitucionais, tem-se inviabilizada a apreciação da questão por este Tribunal, estando a competência de tal exame jungida à Excelsa Corte, *ex vi* do disposto no art. 102 da Constituição Federal, sob pena de usurpação daquela competência.

A propósito, confirmam-se trechos do julgado recorrido, os quais

corroboram o referido entendimento, *litteris*:

(...)

Em suma, o prejuízo a direitos fundamentais do apelante ficou satisfatoriamente comprovado nos autos. Como servidor marítimo ele enfrentou ao longo da carreira uma rotina de prestação de serviço extraordinário acima do limite constitucionalmente aceito. Seu direito social à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais (artigo 7º, inciso XIII, c/c artigo 39, § 2º, da Constituição Federal) restou violado, repercutindo em sua vida de relação. Já se disse que o trabalho prestado em jornadas que excedem habitualmente o limite legal de duas horas-extras diárias, tido como parâmetro tolerável, representa afronta aos direitos fundamentais do trabalhador, por prejudicar seu desenvolvimento pessoal e suas relações sociais. Parece fora de dúvida que a carga excessiva de horas-extras imposta pela FURG prejudicou o recorrente em sua vida de relação, causando-lhe dano existencial pela supressão de tempo que, em condições normais, seria dedicado à convivência familiar e a outras atividades cotidianas.

(...)

Tais precedentes, que examinaram casos de marítimos inseridos nas mesmas condições laborais do apelante - porque tripulantes do mesmo navio -, corroboram a tese recursal.

Logo, com base no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, deve a ré responder pelo dano existencial que causou a seu servidor.

(...)

Nesse panorama, verificado que a matéria veiculada no recurso especial é própria de recurso extraordinário, apresenta-se evidente a incompetência do Superior Tribunal de Justiça para analisar a questão, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

No mesmo sentido, destaco os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE 20% DO ART. 184, II, DA LEI 1.711/52. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA À LUZ DE FUNDAMENTOS EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE DE EXAME EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA.

1. As partes agravantes sustentam que o Art. 535 do Código de Processo Civil foi violado, mas deixam de apontar o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assim, é inviável o conhecimento do Recurso Especial nesse ponto, ante o óbice da Súmula 284/STF.

2. Verifica-se que a matéria foi dirimida sob enfoque eminentemente constitucional. Descabe, pois, a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significa usurpar competência do STF.

3. A atual jurisprudência do STJ tem entendido que não é possível o conhecimento do Recurso Especial por violação do art. 6º da LICC, uma vez

Superior Tribunal de Justiça

que os princípios do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada, apesar de previstos em norma infraconstitucional, são institutos de natureza eminentemente constitucional. Precedentes: REsp 1.333.475/RJ, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 26.6.2013; AgRg no AREsp 224.095/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 24.5.2013.

4. A divergência jurisprudencial, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos julgados que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, o que não ficou evidenciado na espécie.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp n. 862.012/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 9/8/2016, DJe 8/9/2016.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO DO PRESENTE RECURSO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. ITBI. VALOR VENAL. ACÓRDÃO RECORRIDO FULCRADO EM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL E EM LEI LOCAL. SÚMULA Nº 280/STF.

1. O acórdão recorrido negou provimento ao apelo da municipalidade com base em fundamento constitucional - princípio da legalidade, insculpido no art. 150, I, da Constituição Federal - ao afirmar que a legislação local deixou o prévio estabelecimento da base de cálculo do ITBI ao crivo de um órgão do Poder Executivo (Secretaria Municipal de Finanças), o que implicou em majoração do tributo acima dos limites inflacionários do período, por mero ato *infralegal*.

2. Inviável a análise da pretensão em sede de recurso especial, uma vez que a adoção pela instância ordinária de fundamento eminentemente constitucional na solução da lide, inviabiliza o conhecimento do recurso especial.

3. Ademais, o Tribunal a quo valeu-se da interpretação de legislação local (Decreto Municipal 46.228/2005 e Leis Municipais 11.154/1991 e 14.256/2006) para decidir a controvérsia. Na esteira da jurisprudência desta Corte Superior, nesses casos, não há a abertura da via especial, em virtude do óbice contido na Súmula 280/STF.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp n. 852.002/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 21/6/2016, DJe 28/6/2016.)

Verifica-se que para rever a posição defendida pelo Tribunal *a quo* e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, destaco:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela falsidade da prova pericial, da existência de documento novo e da ocorrência de erro de fato, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator